

*Serra, o inimigo do ensino público (1)*

# Saiba mais sobre os decretos que ferem a autonomia

Os decretos 51.460/07 e 51.461/07 foram baixados em 1º de janeiro, o que demonstra claramente o fato de já estarem prontos antes da posse, embora a comunidade acadêmica não tenha sido minimamente consultada. A reitora da USP e presidente do Cruesp, Suely Vilela, foi destituída do cargo por telefone! O recuo posterior de Serra neste ponto, devolvendo a presidência do Cruesp aos reitores, foi um primeiro resultado da indignação da comunidade.

As medidas apontam para um maior controle do governo sobre as universidades e sua comunidade, que tem protagonizado agueridas greves nos últimos anos. Com mão de ferro sobre as decisões políticas, através do controle do Cruesp, e sobre a administração e as finanças das universidades, Serra pretende ir mais longe do que Alckmin. As iniciativas do tucano indicam a intenção de ampliar a oferta de cursos de baixa qualidade (seqüenciais, mais curtos e/ou à distância), sem aumento de recursos, criando dois níveis de educação nestas instituições.

## Fragmentação do ensino

O novo governador criou a Secretaria de Ensino Superior e transferiu para a sua alçada o controle das universidades, até então vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Cruesp também foi para a nova Secretaria, sendo que até então integrava o Gabinete do Governador.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia agora se chama Secretaria de Desenvolvimento e a ela passa a estar vinculado o Centro Paula Souza, que administra as escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's). O ensino fundamental e médio permanece sob a tutela da Secretaria da Educação. Essa distribuição dos níveis de ensino em três secretarias já demonstra a clara intenção de fragmentar ainda mais a educação pública, dividindo seus trabalhadores.

No caso das universidades, os decretos afirmam claramente que passam para a Secretaria de Ensino Superior "os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo, relativos às atividades da Administração Direta voltadas ao ensino superior, em todos os seus níveis".



Esquenta a reação: Freitas, diretor do Sintunesp, fala durante ato na USP, no dia 15/3, contra a presença do secretário Pinotti em reunião do Conselho Universitário



## Controle financeiro

Uma das exigências do novo governo é que as universidades passem a fazer parte do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo), órgão ligado à Secretaria do Estado da Fazenda. O que poderia parecer uma medida de garantia de transparência, pois aumentaria o controle dos gastos públicos nas universidades, revela-se um grande problema. Ao contrário do que vem acontecendo desde o advento da autonomia, em 1988, as universidades não poderão mais manusear verbas e alocar recursos para determinados setores que necessitem de verbas emergenciais. Seus orçamentos estarão engessados.

## Contratações proibidas. Mais terceirização à vista

O Decreto 51.471/07, de 2/1/2007, veda "a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial..." por tempo indeterminado. O decreto determina que os pedidos de concurso sejam encaminhados aos respectivos secretários de Estado para reavaliação. A medida tende a fortalecer uma política nefasta para o serviço público, que já vem acontecendo em escala menor nas universidades: a terceirização.

Em reunião com representantes do Sintunesp e da Adunesp, no dia 30/1, o vice-reitor Herman Jacobus Cornelis Voorwald afirmou que os processos de concurso cujos editais este-

jam prontos ou em andamento serão retomados na Unesp.

## Nenhuma palavra sobre financiamento

Estes decretos não tocam numa questão essencial para as universidades e o conjunto da educação pública paulista: o financiamento. Nada é dito sobre a necessidade de garantir a continuidade da vinculação de recursos, sobre a insuficiência destes recursos, sobre o desconto da Habitação antes do repasse do percentual do ICMS às universidades, o pagamento dos aposentados com verbas da educação ativa etc.

## Ataques ao ensino técnico e tecnológico

O Centro Paula Souza, que administra as escolas técnicas e faculdades de tecnologia de São Paulo, é vinculado científica e pedagogicamente à Unesp. Com a alocação das universidades à Secretaria de Ensino Superior e do Ceeteps à Secretaria de Desenvolvimento (ex-Ciência e Tecnologia), essa vinculação pode deixar de existir por decreto. E isso acontece sem que o Conselho Universitário da Unesp ou o Ceeteps fossem sequer ouvidos.

## Atenção para o recadastramento

Todos os funcionários e empregados públicos em atividade (da administração pública direta, das autarquias, inclusive as de regime especial, e das fundações) deverão fazer um recadastramento junto ao governo estadual. A exigência consta nos decretos 51.468/07 e 51.499/07. Sob pena de deixar de receber o salário, o funcionário deve preencher um cadastro com seus dados até o dia 1º de abril.

O recadastramento pode ser feito pela Internet, pelo endereço [www.folhadepagamento.sp.gov.br/](http://www.folhadepagamento.sp.gov.br/)

**Recadastramento2007**, ou através de formulário próprio, disponível nos órgãos de recursos humanos da unidade à qual pertence o servidor.